

2

Márcia Ambrósio

Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben

Suzana dos Santos Gomes

ESCOLAS INOVADORAS: revisando as experiências pedagógicas

Neste Capítulo³ o objetivo foi realizar uma revisão de propostas de escolas inovadoras. Logo apresentamos os resultados da pesquisa bibliográfica realizada por meio da análise de teses, dissertações, periódicos acadêmicos como focos temáticos a saber: “inovações pedagógicas”, “novas formas de agrupamentos”, “experiências pedagógicas inovadoras”, e “novas formas de avaliar”. Analisamos, portanto, uma tese, sete dissertações, um livro e um artigo de periódico. Sendo assim, a tese, as dissertações e o livro foram escolhidos por serem trabalhos de pesquisa defendidas no período de 1990 a 2015 nos programas de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Minas Gerais – FAE/UFMG, a saber: Dalben (1990); Rodrigues (1990); Dalben (1998); Gomes (2003); Fonseca (2003); Murta (2004); Castilho (2004), Ambrósio (2015). O periódico escolhido apresenta uma pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) das autoras Candau & Simões Koff (2015). A maioria dessas pesquisas aconteceram num contexto de implementação da Escola Plural na Rede Municipal de Educação, em Belo Horizonte (MG), e, também, em uma escola privada do Rio de Janeiro, RJ. Os resultados apresentados se circunscrevem às análises dos trabalhos, identificando contribuições para as escolas em relação à inovação pedagógica, as lacunas de pesquisas na área, como, também, indicação de campos para continuidade das pesquisas no foco “experiências de práticas educativas inovadoras”⁴.

Realidade brasileira em relação a inovação pedagógica

O relatório do MEC (BRASIL, 2010) aponta que a maioria das escolas do Brasil ainda têm sua organização curricular pautada numa concepção tradicional de ensino, sendo sua organização sintetizada por meio dos seguintes aspectos:

- 3 Palavras-chave: Estado da arte da Renovação pedagógica; multiculturalismo, gestão democrática, interdisciplinaridade, currículo, inovação.
- 4 Este texto foi revisado e adaptado para este Capítulo, publicado para uma Revista do PRODOC/UFMG (1995).

1. Forma de enturmação: em série;
2. Forma de organização ensino: disciplinar (por meio de longas listas de conteúdo, privilegiando umas, em detrimento de outras);
3. Forma de organização espacial: salas fixas, divididas em séries;
4. Forma de organização temporal: Tempo fixo da aula em 50 minutos;
5. Tratamento da diversidade e da pluralidade: pouco ou quase inexistente – são tratados como apêndices curriculares, tais como: Dia do Índio, Dia da Mulher, Dia da Consciência Negra etc.;
6. Avaliação: diagnóstica, classificatória e excludente.

Contudo, na década de 80/90 alguns municípios e estados brasileiros fizeram alterações curriculares importantes, buscando renovar a prática pedagógica nos seguintes aspectos: novas formas de enturmação (espacial/temporal), reorganização da forma de ensinar, diferentes abordagens no tratamento da diversidade e da pluralidade, ressignificação do processo avaliativo, novas proposições na relação professor/aluno, gestão democrática e participativa, dentre outros exemplos.

A pesquisa de Galian (2014) aponta diferentes esforços para implementação de mudanças na prática pedagógica. Segundo autor, em 1995, com o objetivo de fornecer subsídios para a elaboração dos Parâmetro Curriculares Nacionais (PCN), a Fundação Carlos Chagas realizou uma análise das propostas curriculares para o ensino do então denominado 1º grau, ou seja, o Ensino Fundamental.

Foram analisadas as propostas de 21 estados e a do Distrito Federal, produzidas, principalmente, na última metade da década de 1980, e, em sua maioria, vigentes nos respectivos sistemas de ensino.

Também as propostas curriculares dos municípios de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, por seu caráter inovador, compuseram a amostra analisada.

As propostas analisadas nesse relatório traziam as marcas de um movimento de renovação curricular, especialmente evidente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, num contexto de governos de oposição ao regime militar (GALIAN, 2014). Para autor a intenção prioritária era melhorar a qualidade do ensino oferecido na escola pública e reduzir as altas taxas de repetência e evasão escolar que penalizavam, predominantemente, as crianças das camadas populares e complementa: “Procurava-se, também, incentivar a participação da comunidade escolar nas decisões, de forma a superar-se o autoritarismo de reformas anteriores, com frequência impostas de “cima para baixo”. (MOREIRA, 2000 apud GALIAN, 2014, p. 4).

[...] Já a pesquisa que resultou no Relatório de Análise de Propostas Curriculares para o Ensino Fundamental e Ensino Médio (BRASIL, 2010), desenvolvido no âmbito do Projeto Currículo em Movimento, do MEC, teve a finalidade de identificar o que vinha sendo produzido pelos estados e municípios diante do espaço de autonomia existente para a elaboração de propostas curriculares[...]. Incidiu sobre 60 propostas elaboradas pelas secretarias de educação, no nível estadual e no nível municipal, entre o final da década de 1990 e a primeira década dos anos 2000. A amostra foi composta por 34 propostas de Ensino Fundamental – sendo 13 delas de secretarias municipais de capitais e 21 de secretarias estaduais – e por 26 propostas de Ensino Médio (GALIAN, 2014, p. 4).

Destaca-se quatro propostas de inovação pedagógica que ganharam destaque no Brasil a saber: a Escola Âncora em Cotia (SP), a Escola Cidadã, proposta por Paulo Freire em São Paulo, a Escola da Serra (MG), discutida nesta obra no Capítulo 5, intitulado “Uma Outra Educação é Possível”, dos autores Sérgio Godinho Oliveira e Eliane Dantas e a Escola Plural em Belo Horizonte (MG). Tais “modelos de

escolas” fizeram alterações nas práticas pedagógicas visando uma perspectiva integradora na configuração do currículo. Cabe ressaltar que, nesta pesquisa, a maioria dos documentos tomados para análise integram o contexto da implementação da Escola Plural.

ESCOLA PLURAL: RESSIGNIFICANDO OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NO CICLO DAS JUVENTUDES

Na obra intitulada *Avaliação, os registros e o portfólio. Ressignificando os espaços educativos no ciclo das juventudes*, Ambrósio (2015) traz a discussão da avaliação dos registros concebidos e utilizados pelos professores em sua prática, em um momento de inovação pedagógica, no contexto de implementação da Escola Plural, no ciclo da(s) juventude(s). Apresenta como os registros avaliativos, registros escolares docentes e discentes, podem ser vivenciados para revelar os sentidos e significados atribuídos pelos(as) professores(as) e alunos(as) a si mesmos(as) e, também, por eles/elas representados. Segundo a autora, a Escola Plural, programa implementado no Município de Belo Horizonte, teve como base histórica os movimentos de renovação pedagógica iniciados no Brasil, no final da década de 1970.

A partir desse período, inúmeras experiências pedagógicas foram sendo praticadas, também, em diferentes espaços escolares deste País, e estas acabaram por se confrontarem com ações pedagógicas excludentes. Nesse cenário de transformações e *transgressões*, a Escola Plural foi se constituindo – ordenando o tempo/espaço, a relação professor/aluno, o currículo, a avaliação. Sendo assim, podemos definir a Escola Plural como um conjunto de ações emergentes, colocado em prática por professores, alunos e pais, no sentido de renovar o cotidiano escolar, construindo coletivamente uma Proposta

Político-Pedagógica da Rede Municipal de Belo Horizonte. Os eixos que nortearam esta proposta foram:

1. Uma intervenção coletiva mais radical;
2. Sensibilidade com a totalidade da formação humana;
3. A escola vista como tempo de vivência cultural;
4. A escola vista como experiência de produção coletiva;
5. As virtualidades educativas da materialidade da escola;
6. A vivência de cada idade de formação sem interrupção;
7. A socialização adequada a cada idade-ciclo de formação”;
8. Nova identidade da escola, nova identidade do seu profissional” (BELO HORIZONTE, 1994).

As inovações registradas no nosso texto dissertativo de Rezende (2004) vão ao encontro da concepção de Educação que integra a proposta acima, dentre as quais destacamos:

1. Uma escola democrática e inclusiva: na ação dos(as) estudantes, sujeitos copartícipes na luta por uma gestão escolar democrática, tanto em nível micro, quanto em nível macro; na postura da direção, de alguns professores(as) e dos estudantes, no intuito de promover espaços pedagógicos reivindicatórios, com manifestações públicas reivindicando professores à Prefeitura, durante a criação do grêmio; no ato político-pedagógico contra a violência, dentre outras ações.
2. Novos tempos/espacos escolares de vivências estudantis: organização por agrupamentos – grandes, pequenos, fixos e móveis, para o debate dos temas pesquisados durante o “ Projeto 10 anos do Paulo Mendes Campos”, em que situações

pedagógicas são colocadas em evidência, com os(as) alunos(as) vistos(as) como sujeitos do processo pedagógico, no qual os registros escolares, que eles(as) produzem, explicitam um produto (re-) significado de suas ações, do conhecimento e dos saberes produzidos.

O ESTADO DA ARTE DA RENOVAÇÃO PEDAGÓGICA: CONSTITUIÇÃO METODOLÓGICA

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por mudanças significativas na legislação educacional brasileira, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, que trouxe avanços no sentido de uma educação mais inclusiva e democrática. Além disso, nesse período foram implementadas políticas e programas voltados para a valorização da diversidade cultural, a formação de professores, a promoção de práticas pedagógicas inovadoras e a melhoria da qualidade da educação.

Diversos pesquisadores e educadores, preocupados com os desafios e demandas da educação contemporânea, têm desenvolvido estudos e experiências pedagógicas inovadoras, buscando novas formas de agrupamentos pedagógicos, metodologias de ensino interdisciplinares, currículos integrados e formas alternativas de avaliar o processo de aprendizagem dos estudantes.

Nesse contexto, a revisão bibliográfica no período de 1990 a 2015 possibilita uma análise mais atualizada e contextualizada das inovações pedagógicas e das experiências educacionais que foram desenvolvidas no Brasil nesse período, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das alternativas políticas e pedagógicas

propostas para a melhoria da qualidade do ensino oferecido nos estabelecimentos de ensino. Desse modo, ao realizar uma análise dos resultados de uma revisão bibliográfica, reconstituímos o conhecimento existente, trazendo outras evidências, questionando ideias estabelecidas, colocando-as em xeque ou endossando conhecimentos já consolidados.

O desafio é identificar como determinadas pesquisas têm sido produzidas, como são apresentadas em dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em congressos e seminários, e quais são as formas e condições em que têm sido divulgadas.

Essa abordagem possibilita uma compreensão mais abrangente do conhecimento produzido em determinado campo, destacando as tendências, lacunas, desafios e perspectivas emergentes. Por meio dessa análise crítica e reflexiva, é possível contribuir para o avanço do conhecimento, propondo novas interpretações, teorias ou abordagens, e estimulando o diálogo e a produção de novos saberes.

CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO

Nesta parte apresentamos uma síntese das oito (08) pesquisas acadêmicas pertencentes ao tema “Avaliação”, a saber: Dalben (1990), Rodrigues (1990), Dalben (1998), Gomes (2003), Fonseca (2003), Rezende (2004), Murta (2004) e Castilho (2004), Ambrósio (2015) e Candau & Simão e Koff (2015).

TRABALHO ESCOLAR E CONSELHO DE CLASSE: DA AVALIAÇÃO NA ESCOLA À AVALIAÇÃO DA ESCOLA - DALBEN (1990)

Este trabalho tem por objetivo analisar as relações estabelecidas no processo de trabalho escolar, via a instância conselho de classe. Procura investigar as condições objetivas e subjetivas pelas quais os Conselhos de Classe têm se realizado, tentando analisar os determinantes de sua prática, e verificar as rupturas possíveis que o levariam ao desenvolvimento de relações sociais de cunho transformador.

O conselho de classe é uma das instâncias coletivas que integra a organização escolar. A escolha dessa instância como foco central de tais análises se justifica pelas características especiais que apresenta frente às demais instâncias coletivas da escola. A investigação das relações estabelecidas no processo de trabalho dessa instância revelou-se complexa e contraditória, refletindo as mesmas contradições evidenciadas no processo de trabalho escolar e na sociedade como um todo.

A relevância deste estudo se coloca na tentativa de contribuir para as reflexões que vêm sendo desenvolvidas sobre o processo de trabalho escolar e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas atuais.

A abordagem metodológica utilizada foi de caráter etnográfico, tendo sido realizado um estudo de caso numa escola pública municipal de Belo Horizonte. A coleta de dados deu-se, inicialmente, através do estudo das origens da instância privilegiada e, posteriormente, através da pesquisa empírica desenvolvida na referida escola. Utilizou-se para isto, de procedimentos tais como o debate sobre o tema, entre os profissionais da escola, observações e entrevistas semi-estruturadas. Elaborou-se, a partir daí, um plano de análise que direcionou a

exposição, constituindo-se de seis capítulos e uma conclusão, privilegiando-se, nos mesmos, as análises ligadas ao processo de trabalho escolar e à prática efetivada dos Conselhos de Classe, à questão da avaliação da aprendizagem, objeto central de trabalho da instância, e, ainda, às questões ligadas à dimensão subjetiva da práxis que se apresentaram como fundamentais, frente aos rumos pelos quais os Conselhos de Classe se tem direcionado.

AVALIAÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA CLASSE TRABALHADORA NUMA ESCOLA PÚBLICA DE 1º GRAU - RODRIGUES (1990)

Este estudo teve por objetivo avaliar a experiência educativa que uma Escola Municipal de ensino fundamental (5ª a 8ª séries), em Belo Horizonte, Minas Gerais, realizou desde 1986. Procurou-se, a partir de observação, entrevistas e análise documental, verificar até que ponto a nova experiência educativa desenvolvida pela Escola Municipal Pedro Guerra estava atingindo suas metas, direcionadas para os interesses da classe trabalhadora. Os resultados da avaliação demonstraram que a nova experiência educativa desenvolvida pela Escola conseguiu: reorganizar a estrutura interna da escola, por intermédio da construção de um processo coletivo de participação de todos nas discussões, deliberações e avaliações da vida da instituição; analisar a escola como instituição social e, a partir desta análise, desenvolver um projeto voltado para as classes trabalhadoras; e trazer para a sala de aula a questão concreta do trabalho como foco principal do currículo, em especial na área de preparação para o trabalho, através da ligação entre o processo produtivo, as relações sociais de produção e o cotidiano vivido pelo aluno trabalhador, seus pais e seus professores. Concluiu-se

que a nova experiência educativa desenvolvida pela escola que, na opinião de seus professores, corpo técnico-administrativo e alunos, apresentou avanços significativos em relação ao que antes era realizado, atendeu aos interesses da classe trabalhadora e aumentou o índice de aprovação do alunado, transformando a aprovação dos alunos em regra e a reprovação em exceção, sem, no entanto, ter conseguido alterar significativamente seu índice de evasão.

A AVALIAÇÃO ESCOLAR: UM PROCESSO DE REFLEXÃO DA PRÁTICA DOCENTE E DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO TRABALHO - DALBEN (1998)

Esta tese tem por objeto de estudo os processos de avaliação escolar concebidos e implementados pelo professor em sua prática pedagógica. Considerando-se que o ato de avaliar envolve o processo de reflexão dos educadores sobre a sua própria ação prática, procurou-se explicitar as concepções predominantes de avaliação em seu processo de construção e desvelar os seus sentidos e significados. Identificaram-se, para isso, as relações pedagógicas de heteroestruturação e de interestruturação de conhecimento como duas posturas epistemológicas centrais para a construção desses sentidos e significados.

O lócus da pesquisa foi a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, no momento de implantação do projeto político-pedagógico “Escola Plural”. Este projeto, na perspectiva de renovação pedagógica, propunha “alterar radicalmente” a organização do trabalho escolar e “romper” com os processos de ensino e avaliação tradicionais, introduzindo uma nova prática em que todos avaliam e são avaliados.

A abordagem metodológica caracterizou-se pela etnometodologia e optou-se, então, pela “observação participante” em grupos de discussão, sobre a nova proposta como procedimento central de coleta de dados, procurando investigar as amplas e diversas relações pedagógicas que fazem parte do dia-a-dia do professor no trabalho docente. Esses dados permitiram discutir as possibilidades de construção de uma nova concepção de avaliação no confronto entre as concepções já estabelecidas e os seus desejos de mudança.

A conclusão do trabalho ressalta a importância da abordagem de interestruturação do conhecimento para a construção dos processos de avaliação escolar. Situa, ainda, a pertinência dessa abordagem nas discussões atuais do paradigma da pós-modernidade e, conseqüentemente, dos princípios da avaliação escolar propostos pela Escola Plural.

TESSITURAS DOCENTES DE AVALIAÇÃO FORMATIVA - GOMES (2003)

Este trabalho teve como objetivo analisar a prática docente e os processos de avaliação escolar construídos pelos professores, tendo em vista a implementação da avaliação formativa. Para tanto, definiu-se como *locus* da pesquisa duas escolas de ensino fundamental, de 3º ciclo de formação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. Essas escolas, desde 1996, assumiram o Projeto Político Pedagógico Escola Plural, que se fundamenta numa política democrática inclusiva. Sendo assim, implementaram-se mudanças radicais em sua organização pedagógica. Dentre essas inovações, destacam-se: a introdução da modalidade de avaliação formativa e a adoção de práticas de intervenção tendo em vista a promoção da aprendizagem dos alunos. A abordagem metodológica adotada caracteriza-se pelo estudo de caso, envolvendo observação participante, entrevistas semi-estruturadas,

questionários, análise de documentos e realização de grupo focal. Nesse sentido, foram analisados os tipos de interações ocorridas no interior da escola e das ações e estratégias de ensino decorrentes do trabalho docente desenvolvido pelos professores. O referencial teórico que norteou este projeto de investigação é composto por: teorias de análise da prática docente, teorias de análise sociológica da avaliação, trabalhos que discutem os espaços-tempos de formação docente no cotidiano da escola.

Os dados coletados permitiram discutir a concepção de avaliação formativa, confrontando entre as concepções estabelecidas, captar a mobilização dos professores na direção da mudança da prática de avaliação.

A conclusão do trabalho identificou novas práticas de avaliação de princípios formativos em processo de construção e ressaltou a formação, no cotidiano da escola, como espaço-tempo favorável ao trabalho coletivo, ao exercício da reflexão crítica da e sobre a prática docente de avaliação numa perspectiva de transformação da escola, tornando-a mais inclusiva.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA ESCOLA PLURAL: O QUE OCORRE NA PRÁTICA? - FONSECA (2003)

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo buscar respostas para a questão: “Quais são as concepções (crenças, opiniões, atitudes, compreensão) de professores de Ciências do 3o ciclo de formação de duas escolas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, que implantaram ou estão implantando a proposta pedagógica Escola Plural, e de seus alunos sobre a avaliação da aprendizagem

proposta nesse projeto e quais são as práticas de avaliação desses professores?” O trabalho foi feito mediante a observação participante, entrevistas com professoras, grupos focais com alunos, questionários aplicados aos alunos e análise dos instrumentos formais de avaliação. Como resultado, resposta para a questão colocada no título, posso afirmar: a avaliação da aprendizagem que se pratica nas duas escolas não é, ainda, a proposta pelo projeto Escola Plural, mas não é também aquela avaliação da aprendizagem tradicional, que a nova proposta pretende mudar. A emergência da nova lógica de avaliação observada nas práticas das professoras coexiste com a lógica mais tradicional, ainda bastante arraigada nas concepções das professoras pesquisadas e dos seus alunos, manifestada nas entrevistas e grupos focais.

A RELAÇÃO AVALIAÇÃO/REGISTRO NO CICLO DA JUVENTUDE: POSSIBILIDADES E LIMITES NA CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA EDUCATIVA INOVADORA - REZENDE (2004)

Este trabalho teve como objeto de análise a relação avaliação/registros concebida e utilizada pelos professores em sua prática, num momento de inovação pedagógica – a implementação da Escola Plural no ciclo da juventude, no município de Belo Horizonte. A autora, observando os procedimentos metodológicos utilizados e materializados nos registros escolares docentes e discentes, buscou perceber os sentidos e significados atribuídos pelos/as professores/as e alunos/as aos mesmos e por eles representados. O foco do trabalho pautou-se no questionamento sobre a continuidade ou não dos procedimentos avaliativos (provas, testes), e, ainda, se os sujeitos, refletindo sobre os mesmos, diversificaram-nos, adequando-os ao novo contexto de escola experienciado. Ou seja, como nossos atores estavam conseguindo

dar vida à concepção de avaliação desejada pelo programa Escola Plural: ser formativa (contínua, dinâmica e investigativa). O local privilegiado para o estudo foi a Escola Municipal Paulo Mendes Campos.

Foi feita uma pesquisa qualitativa, sendo o estudo de caso adotado como uma estratégia metodológica adequada à nossa pesquisa, o que nos permitiu adentrar a situação de estudo, rever e aprimorar o problema inicial da mesma. Por meio de uma observação participante, foi possível tornar a pesquisa dinâmica e, de certa forma, intervir na realidade dos atores.

Como percurso metodológico, foi utilizada uma diversidade de técnicas para a coleta de dados, o que propiciou resultados ricos e uma análise mais completa do objeto de investigação. A conclusão do estudo ressalta que os registros escolares podem apontar possibilidades de conhecimento da realidade, quando tornam visíveis as construções dos sujeitos na ação pedagógica. No contraponto, podem refletir os limites pedagógicos da escola, quando esses são externos aos sujeitos que não participam na intermediação – sujeito x objeto – para uma análise avaliativa a ser considerada pelos docentes.

A LEITURA NA ESCOLA: O AVESSE DA AVALIAÇÃO EXTERNA - MURTA (2004)

Esta pesquisa pretendeu estabelecer relações entre as práticas de leitura desenvolvidas nas salas de aula de escolas da Rede Municipal de Belo Horizonte e o resultado na avaliação do SIMAVE 2002 (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública), em Língua Portuguesa, em duas escolas que obtiveram desempenhos diferentes nessa avaliação.

Para isso, foram observadas as práticas de leitura de duas turmas da 2ª etapa, do 2º Ciclo de Formação (correspondente à 4ª série do Ensino Fundamental), consideradas mais “fracas” e mais “fortes”, em cada uma dessas escolas, durante um semestre, pois se pressupõe que uma avaliação externa não leva em conta as especificidades da escola.

Estabeleceram-se algumas categorias de análise para a comparação das práticas de leitura desenvolvidas nas turmas e disciplinas acompanhadas, como o modo de ler os textos, as características do material textual, as atividades de leitura realizadas pelos alunos, as habilidades presentes nessas atividades e a prática pedagógica realizada em cada turma.

Como resultado das observações, pode-se afirmar que as práticas de leitura foram semelhantes, entre as turmas acompanhadas, em relação aos modos de ler, às características do material textual e às atividades e habilidades de leitura, havendo algumas diferenças nas mediações ou estratégias propostas pelas professoras. Percebe-se, também, que as habilidades trabalhadas em leitura possuíam semelhanças às habilidades medidas pela avaliação do SIMAVE. Dessa forma, levantam-se algumas hipóteses que podem explicar a obtenção de resultados distintos por duas escolas numa avaliação externa, que mede habilidades de leitura, como a diferença do nível socioeconômico das escolas e a diferença do nível de aprendizagem de leitura entre as turmas.

A COMPLEXIDADE DA AVALIAÇÃO FORMATIVA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES - CASTILHO (2004)

Este estudo constitui uma análise da avaliação formativa na educação de jovens e adultos trabalhadores, tendo como campo de

pesquisa um projeto de EJA, de uma escola pública de Belo Horizonte. Adotamos a abordagem qualitativa para a coleta dos dados, procurando, inicialmente, sistematizar o projeto pedagógico em que a prática avaliativa está ancorada. Buscamos alguns dados que pudessem nos fornecer um perfil atualizado dos alunos, no qual destacamos o mundo do trabalho como espaço de formação privilegiado dos mesmos. Retomamos o mundo do trabalho, suas transformações e seu caráter contraditório para apontar a necessidade de problematizá-lo.

Consideramos importante a articulação EJA, trabalho e avaliação, considerando os saberes dos alunos que são adquiridos/produtos no trabalho, em que se torna possível a valorização da subjetividade do trabalhador. Na experiência pesquisada, o mundo do trabalho não se constitui como um eixo que norteia o projeto de EJA. Por isso, trouxemos dados que nos mostram a riqueza de conhecimentos que os alunos trazem desse importante espaço formativo, e que se fossem incorporados à proposta da escola a tornaria ainda mais significativa. A avaliação seria a forma de legitimar tais conhecimentos, valorizando os sujeitos e contribuindo para a sua afirmação enquanto sujeitos sócio-culturais-políticos.

A avaliação que identificamos nesse estudo está caminhando para um modelo qualitativo, o que representa a atual tendência na educação, buscando um olhar mais amplo voltado aos alunos. Os desafios ainda são muitos e podemos destacar os que se referem à própria concepção de avaliação, às práticas formais de avaliação, que carecem de instrumentos mais dinâmicos e que contemplem os saberes não formais. Além disso, é um processo que, em alguns momentos, gera ansiedade e tensão nos alunos. Consideramos que a escola tem conseguido avanços na construção da avaliação formativa, na qual destacamos aqueles que privilegiam a participação do aluno no processo de avaliar o projeto, os professores e a si mesmo, podendo definir sua certificação. A voz do aluno e sua capacidade argumentativa

são motivadas como formas de ressignificar seus saberes, de ter uma leitura crítica do mundo e de si mesmos e de se inserir em diversos espaços de uma maneira mais atuante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho destacamos que os resultados apresentados não esgotam todas as possibilidades de análise em torno dos dados coletados, mas eles nos mostraram algumas tendências de como a avaliação foi pesquisada e interpretada na Rede Municipal de Belo Horizonte no período de 1990 – 2005.

Uma primeira consideração diz respeito a maioria dos(as) pesquisadores(as) citados – todas e Fonseca conhecia a Rede Municipal de Belo Horizonte e possuíam, naquele momento da pesquisa, algum tipo de vínculo profissional, segundo docentes da Rede Municipal de Belo Horizonte e/ou proveniente de parcerias ou por meio de assessorias realizadas nas escolas. São, por isso, trabalhos que ganharam confiabilidade pela inserção dos(as) pesquisadores(as) no cotidiano de diversas escolas da Rede Municipal de Belo Horizonte – RMBH.

Uma segunda consideração tem relação direta com o que foi possível apreender da análise dos trabalhos. Podemos ressaltar que as pesquisas trazem questões, que precisam ser tratadas com profundidade, e deixam evidenciado que a Escola Plural trouxe à tona discussões de natureza complexa, como: currículo, organização escolar dos tempos e dos espaços, gestão pública, formação docente, formação para alunos das classes populares, avaliação da aprendizagem, ciclos, culturas juvenis, culturas escolares, alfabetização/letramento, coordenação pedagógica das escolas, gestão escolar, dentre outras.

Em um terceiro momento, consideramos as lacunas existentes da área, ficando evidente a necessidade de que o tema “renovação pedagógica” seja melhor pesquisado, em função do número reduzido de trabalhos e, ainda, pela necessidade de se entender questões intrinsecamente ligadas ao processo educativo. Identificamos, por exemplo, a ausência de pesquisas que discutam a relação entre a avaliação e a organização do trabalho pedagógico; as práticas curriculares implementadas no cotidiano da escola; a relação com o programa curricular das diferentes áreas do conhecimento. Existem trabalhos, discutindo a avaliação a partir do olhar do professor, da escola e do sistema. Julgamos ser pertinente a realização de novos trabalhos acadêmicos que discutam novas práticas pedagógicas a partir de alguns pontos de vistas: do aluno; dos pais; do impacto do ciclo e das políticas de acompanhamento da aprendizagem; das relações informais de ensino/aprendizagem; a interestruturação do conhecimento; da autoavaliação, dentre outras proposições.

Concluindo, e à luz das lacunas identificadas na área, apresentamos algumas sugestões que afloram e demandam continuidade da pesquisa no tema “Renovação pedagógica. Tais questões têm relação com os trabalhos analisados, mas não foram ainda discutidas com profundidade, entre elas:

Pesquisas sobre práticas inovadoras na educação infantil e nos 1º, 2º, 3º e 4º ciclos da educação básica são fundamentais, especialmente quando analisadas por meio do cotidiano escolar. Acreditamos que ainda há um vasto campo a ser explorado em termos de práticas interdisciplinares e transdisciplinares. A escola serve como um espaço crucial para a socialização; portanto, ao construir uma proposta curricular para esses ciclos, é importante considerar não apenas os interesses e experiências das crianças, adolescentes, jovens e adultos — que são o público-alvo das escolas inovadoras — mas também os conflitos externos e internos vivenciados por eles. Esses conflitos emergem a partir de suas relações com colegas, professores, familiares e a comunidade em geral. Além disso, é necessário desenvolver uma proposta

de avaliação que permita o reconhecimento dos processos pedagógicos e das aprendizagens resultantes desse currículo.

O estudo da proposta curricular dos ciclos integrada à concepção de avaliação tem o potencial de apontar perspectivas para o processo de formação dos professores no contexto do seu cotidiano profissional.

Propomos o estudo da Sociologia do Currículo e da Avaliação, ainda pouco explorado na Educação Básica, e, relacionada a essa proposta, sugerimos uma pesquisa que investigue o impacto das práticas alternativas em escolas que adotaram a metodologia de projetos, o impacto destas práticas alternativas, mediante a análise do desempenho dos alunos egressos destas escolas. Tais investigações são fundamentais tendo em vista a função social da escola, que inclui a promoção e o desenvolvimento da participação ativa e crítica na vida social, a interação com o meio físico e social, a organização do trabalho pedagógico, a construção da autonomia dos alunos, bem como o tratamento da informação e das múltiplas linguagens.

Destacamos também, como lacuna a ser pesquisada, os modelos de epistemologias de sujeito e suas respectivas formações discursivas, é crucial estar atento para evitar a ilusão de que o etnocentrismo do discurso das pedagogias tradicionais e seu desprezo pelas culturas *não-acadêmicas*, bem como sua rejeição pela diversidade, possa ser *corrigido* facilmente, mediante o discurso da aplicação das pedagogias inovadoras, principalmente como novas propostas avaliativas. Nesse sentido, é necessário ir além da dicotomia estabelecida entre a tradição e a inovação, entre o oficial e o alternativo, a fim de traçar novos horizontes de pensamento educacional.

Outro eixo, que merece atenção acadêmica, são refere-se às alterações concretas de realização das atividades docentes (estrutura física e números de alunos por turma, tempo para preparação de atividades e discussões coletivas entre outras), é o ponto de partida para se pensar práticas educativas mais democráticas, que rompam de fato com o modelo de organização escolar seriado, frequentemente alvo de críticas fundamentadas.

Por último, a grande lacuna está relacionada ao papel das políticas sociais na construção desses processos. Se nos anos 90 acreditava-se que a Escola Plural iria resolver o problema dos sujeitos da escola (da infância, da adolescência e dos adultos), atualmente podemos dizer que esses problemas se agravaram. Urge a elaboração de políticas sociais inclusivas para a infância, a adolescência, a juventude e para os adultos. Entendemos que essas não devem ser vistas só pelo seu viés educativo, mas também e, tão-somente, por intermédio de políticas de emprego, de proteção, de cuidado, de alimentação. Fica o grande desafio: como construir uma política social de educação que dê conta dos sujeitos (na infância, adolescência e adultez) *quebrados* pela brutalidade da globalização, do neoliberalismo, do desemprego, da miséria, da fome, da droga (ARROYO, 2004).

O que novas práticas curriculares e avaliativas podem contribuir nessas situações e circunstâncias? Como ensinar, aprender e avaliar sujeitos prejudicados pela ausência de condições adequadas de sobrevivência? Está posto o desafio de buscarmos boas práticas educativas que possibilitem a permanência na escola e o direito ao conhecimento. Essas mudanças devem ser orientadas por uma didática desenvolvida sob uma perspectiva multi/intercultural crítica dos conteúdos, que seja socialmente justa e que estabeleça uma nova relação com o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2004.

BELO HORIZONTE. PREFEITURA MUNICIPAL. **Cadernos Escola Plural 4: Avaliação dos processos formadores dos educandos**. Belo Horizonte: PBH, [s.d.].

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases e perspectivas da educação nacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 72-85, maio/ago. 1998.

BRASIL. MEC/INEP. **Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB**. Brasília, 1997.

CANDAUI, Vera Maria Ferrão; SIMÃO e KOFF. **A Didática Hoje: reinventando caminhos**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 329-348, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623646058> Acesso em 20 de novembro de 2022.

CASTILHO, Ana Paula Leite; ARANHA, Antônia Vitória Soares (Orientadora). Universidade Federal de Minas Gerais – FaE. **A complexidade da avaliação formativa na educação de jovens e adultos trabalhadores**. 2004. 233 p. Dissertação (Mestrado).

CORTESÃO, Luiza. **Avaliação formativa – que desafios?** Porto: Ed. ASA, 1993.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro Freitas; MACHADO, Lucília Regina de Souza. (Orientadora). Universidade Federal de Minas Gerais - FaE. **Processo de Trabalho Escolar e Conselho de Classe: da avaliação na escola à avaliação da escola**. 1990. 318 p. Dissertação (Mestrado).

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro Freitas; MAFRA, Leila de Alvarenga (Orientadora). Universidade Federal de Minas Gerais - FaE. **A avaliação escolar: um processo de reflexão da prática docente e da formação do professor no trabalho**. 1998. 267p. Tese (Doutorado).

FONSECA, José Luiz Saldanha da; TALIM, Sérgio Luiz (Orientador). Universidade Federal de Minas Gerais – FaE. **Avaliação da aprendizagem a Escola Plural: o que ocorre na prática**. 2003. 98 p. Dissertação (Mestrado).

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção. Os **PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil**. *Cad. Pesqui.* [online]. 2014, vol.44, n.153, pp.648-669. ISSN 0100-1574. <https://doi.org/10.1590/198053142768>

GOMES, Suzana dos Santos. **Práticas de Avaliação da Aprendizagem e sua relação com a formação continuada de professores no cotidiano do trabalho escolar**. Fundação Carlos Chagas. Estudos em Avaliação Educacional, v. 16, n. 32, jul./dez. 2005, p. 111-144.

GOMES, Suzana dos Santos. **Professores do 3º ciclo do ensino fundamental: práticas docentes e processos de formação continuada no cotidiano do trabalho escolar**. GT 04 - Didática, 27ª Anped, Caxambu, 2004.

GOMES, Suzana dos Santos; MARTINS, Pura Lúcia Oliver (Orientadora). Universidade Federal de Minas Gerais FaE. **Tessituras docentes de avaliação formativa**. 2003. 213 p. Dissertação (Mestrado).

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. Um olhar sociológico sobre a avaliação escolar. **Tecnologia Educacional**, v.21, n. 108, set./out. 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de análise de propostas curriculares de ensino fundamental e ensino médio** / Maria das Mercês Ferreira Sampaio (organizadora). – Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Básica, 2010. Disponível: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7013-relatorio-seb-anlisepropostas-ef-em&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7013-relatorio-seb-analisepropostas-ef-em&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em 3 de ago.2022.

MURTA, Saionara Lúcia Fonseca; MARINHO, Marildes (Orientadora). Universidade Federal de Minas Gerais – FaE. **A leitura na escola: o avesso da avaliação externa**. 2004. 148 p. Dissertação (Mestrado).

REZENDE, Márcia Ambrósio Rodrigues; DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas (Orientadora). Universidade Federal de Minas Gerais - FaE. **A relação registro/avaliação no ciclo da juventude: possibilidades e limites na construção de uma prática educativa criadora**. 2004. 322 p. Dissertação (Mestrado).

RODRIGUES, Sylvia Garcia; PAIXÃO, Lyra. (Orientadora). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. **Avaliação de uma experiência de educação para a classe trabalhadora numa escola pública de primeiro grau**. 1990. 133 p. Dissertação (Mestrado).